

## PROPOSTAS PARA O ESTUDO DOS PROTESTANTISMOS IBÉRICOS

JOSÉ ANTÓNIO AFONSO \*

1. Com o sugestivo título *Las Minorías Religiosas en España y Portugal: Pasado y Presente*, o número monográfico da revista *Anales de Historia Contemporánea* (n.º 17 de 2001), da Universidade de Múrcia, reuniu, coordenadas por Juan B. Vilar, Jean-Pierre Bastinan e Klaus Van der Grijp, as comunicações apresentadas no «Colóquio Internacional sobre la Investigación de la Historia de Los Protestantismos Ibéricos»<sup>1</sup>, que decorreu entre 26 e 28 de Abril de 2000, em Madrid, na Residência, em Alcobendas, dos Padres Dominicanos. O encontro foi organizado pela Federación de Entidades Religiosas Evangélicas de España (FEREDE) e contou com a colaboração da Dirección General de Asuntos Religiosos (Ministério de Justiça), do Consejo Evangélico de Madrid, do Centro de Estudios de la Reforma, da Fundación “Federico Fliedner” (Madrid), do Instituto Superior de Estudios Teológicos, do Seminário Evangélico Unido de Teología, do Centro Ecuménico “Religiosas de la Unidad” da Universidad Pontificia de Salamanca e do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa<sup>2</sup>.

---

\* Docente do Departamento de Pedagogia do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Algumas das comunicações não puderam, por motivos vários, ser editados, bem assim como a interessante Mesa-Redonda: “Compromisso político-social e protestantismo”. Destaquem-se os contributos não publicados: Alfonso Ropero Bergoza, “Un filósofo protestante: Pedro Sala y Villaret”; Marga Muñoz Aguilar, “Baldomera Martínez de Lara, *La mujer bíblica*”; Benito González Raposo e Maria del Salvador González Raposo, “Fuentes de la Iglesia Católica y de la Administración del Estado para el estudio de los orígenes del protestantismo en Galicia”; Augustin Santana Navarro, “El reverendo John Henry Brown, pionero de la obra evangélica de las Islas Canarias”; Julian García Hernando, “El Comité Cristiano Interconfesional: lugar de encuentro ecuménico”, e Gabino Fernández Campos, “La hemeroteca de los protestantes españoles”.

<sup>2</sup> [N. R.] O evento foi já objecto de uma crónica publicada na revista *Lusitania Sacra*. 12 (2000) 498-500, assinada pelo Doutor David Sampaio Barbosa, um dos co-organizadores do evento.

Participaram meia centena de investigadores, das instituições e organizações, supra referidas, assim como das Universidades de Helsínquia, Middlebury, Estrasburgo, Bordéus, La Coruña, Vigo, Minho (Braga), Porto, Salamanca (a Estatal) e Múrcia, bem como outros não vinculados a qualquer organismo, oriundos da Holanda, Alemanha e de diferentes lugares de Portugal e Espanha.

2. As comunicações estão distribuídas por quinhentos e quarenta páginas<sup>3</sup> e organizadas em nove secções que pretendem fazer um balanço (síntese) dos estudos já produzidos e lançar pistas para futuras investigações. No conjunto funcionam como uma útil triangulação entre a reflexão metodológica, o debate conceptual e a procura de fontes (empíria sócio-histórica) revelando a intensidade epistemológica que tem que orientar a procura dos factos, dos acontecimentos e do sentido da génese e estruturação dos movimentos protestantes, em particular, de âmbito ibérico, de modo a não naturalizar a sua historicidade já que estas manifestações são construções sociais que se tecem de inter-relações fortes, que vão do âmbito das práticas até dimensões mais simbólicas, onde a produção e enunciação discursivas são momentos identitários de grande significado.

Este critério de organização das comunicações permite, também, que os agentes confessionais reflectam sobre a constituição e sócio-anthropologia dos seus espaços e os agentes laicos invistam sem qualquer tipo de centrismo, ou preconceito psicológico, no desvendar da realidade; esta via sublinha, ainda, a não neutralização dos actores históricos enquanto contributo fundamental para a aproximação ao campo dos possíveis que está *embebido* na configuração da dissidência.

As secções propostas são as seguintes (entre parêntesis estão incluídas as comunicações):

- 1) *Bases conceptuais e problemas metodológicos*  
(Jean-Pierre Bastian, "Problemas y métodos para la investigación de las protestantismos ibéricos del siglo XIX y XX")
- 2) *As fontes e a bibliografia*  
(Klaus Van der Grijp, "Investigando la historia del protestantismo ibérico: balance bibliográfico",  
Luis Aguiar Santos, "O protestantismo em Portugal (séculos XIX e XX): linhas da sua história e historiografia")
- 3) *A dimensão geográfica*  
(François Guichard, "Protestantismo e latinidade. Algumas achegas acerca das similitudes e peculiaridade do protestantismo no contexto dos países latinos da Europa")

<sup>3</sup> As comunicações ocupam grande parte dos *Anales...*, sendo a revista completada com as suas habituais secções de estudos e recensões e aqui deve-se referir um texto fundamental, para as problemáticas debatidas nas páginas monográficas: José Andrés-Gallego, "Sobre creencias e sobre intolerancias" (pp. 663-696).

4) *A dimensão histórica*

(Máximo García-Ruiz, "Corrientes teológicas y sociológicas que han influido en el protestantismo español",

Fernando Peixoto, "A influência britânica no protestantismo português")

5) *Os pais da 2.ª Reforma*

(María José Vilar, "Milícia y religión en la transición al Liberalismo en España. Nuevos datos sobre la juventud de Manuel Matadoras y su disidencia protestante",

Jaime Memory, "Lorenzo Sucena Pedrosa (1807-1881). Recuperando una figura señera de la II Reforma española",

Cristóbal Robles Muñoz, "La otra catedral y el otro obispo de Madrid")

6) *As comunidades evangélicas no nosso tempo: da intolerância à liberdade e ao ecumenismo*

(Juan B. Vilar, "Los protestantes españoles: la doble lucha por la libertad durante el primer franquismo (1939-1953)",

Joseph Clara, "Represión, intolerancia y consolidación de los protestantes catalanes en la postguerra. El ejemplo de Girona",

Eliáz de Mateo Avilés, "Entre la represión y la tolerancia. Protestantismo y sectas en Málaga durante la época de Franco (1937-1967)",

Mónica Moreno Seco, "El miedo a la libertad religiosa. Autoridades franquistas, católicas y protestantes ante la ley de 28 de junio de 1967",

Rosa M.ª Barros Lopes, "A comunidade metodista de Valdosende hoje",

Luis Ruiz Poveda, "El ecumenismo y los ecumenismos en España",

José Manuel Leite, "O ecumenismo em Portugal após o Vaticano II")

7) *Evangelho e cultura*

(Patrocínio Rios Sanches, "'La Visión de Fray Martín' de Nuñez de Arce en dos pintores españoles del siglo XIX",

José António Afonso, "Iniciativas evangélicas de educação popular: reflexões sobre a Escola do Torne (Vila Nova de Gaia)",

Evangelina Sierra Bernardo, "Hacia un proyecto integral para la conservación del Patrimonio Protestante: el ejemplo gallego",

Carmen Moullor Domínguez, "La forma de matrimonio en la Región de Murcia: ceremonia civil, ceremonia religiosa. Panorama y evolución")

8) *Outras minorias não católicas*

(Aurélio Cebrian, "Los judíos españoles, hoy",

Ana I. Planet, "Un colectivo islámico en la España de hoy. Del sucursalismo a la desobediencia: musulmanes y comportamientos políticos en Melilla",

María Dolores Vargas Llovera, "Los nuevos grupos religiosos y sectas en el actual sistema social español")

9) *Materiais*

(Rosa M.<sup>a</sup> Martinez de Codes, “La libertad religiosa en Mexico”,

Ana Paula Santos, “Ciganos evangélicos portugueses: a conversão ao pentecostalismo”)

3. Indicaram-se os eixos temáticos, que estruturam as comunicações, e que correspondem a problemáticas, questões, abordagens e perspectivas; é sob este ângulo que se vão evidenciar, em nosso entender, as grandes tensões que atravessam a sócio-história do protestantismo. Obviamente limitações há que decorrem do painel em questão mas que podem ser contornadas se o centro da reflexão se situar no essencial de cada uma das sessões e este é o ensaio que tentaremos.

Um **primeiro** momento sublinha que a definição dos protestantismos – ibéricos – terá que partir da sua configuração associativa de modo que se possa construir o objecto da investigação não a partir da sua ideologia, mas sim desde as condições sociais endógenas que o tornam visível, sublinha Jean-Pierre Bastian. Enfatiza que ao considerar os protestantismos ibéricos como movimento social surgem possíveis que renovam as perspectivas sobre as minorias não conformistas. Neste sentido indica três dimensões a trabalhar metodologicamente: i) explorar a base social do movimento e a articulação entre dissidência religiosa e dissidência política; ii) procurar compreender os laços e as interações entre as diferentes sociabilidades modernas com o objectivo de entender a lógica que explica a difusão do movimento; iii) conhecer a pedagogia liberal que estas sociabilidades difundiram.

Estes pressupostos implicam, portanto, dissecar as lógicas que estão subjacentes ao movimento – a social e a associativa – e reconstituir de maneira sistemática o universo *global* dos actores religiosos – homens multifacetados como sustenta –, partindo de uma discussão sobre vários momentos do protestantismo ibérico que remetem para a interferência entre o social e o político e que se ilustram pelos temas reivindicados por movimentos sociais e políticos; no fundamental pode-se levantar uma hipótese plausível: “A afinidade electiva entre protestantismo e liberalismo conduz necessariamente a pensar no tipo de liberalismo difundido pelas organizações protestantes” (p. 28), que ganha particular acuidade durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, tempos cruciais de regeneração do sujeito social.

“Pode parecer provocador afirmar que, num contexto onde predominava uma cultura católica totalizadora que tinha estruturado mentalidades e práticas sociais, os protestantismos não foram um movimento de ideias, mas uma forma de sociabilidade que poderemos chamar moderna. É através de uma forma associativa que se difundiram ideias, modelos de gestão e uma pedagogia em ruptura com a sociedade global. Afirmar o predomínio do modelo organizativo sobre as ideias permite centrar o objecto não sobre a mera ideologia, mas sobre o próprio actor social que se foi criando” (p. 23).

Um **segundo** momento contempla duas reflexões em que se analisa a configuração dos discursos sobre o (e do) protestantismo – sejam de autores confessionais

(católicos e acatólicos), sejam de autores não confessionais –; em ambas perpassa a preocupação de dilucidar os contextos – tendo sempre presente as conjunturas sócio-simbólicas patentes no tempo – de produção narrativa e de definição dos critérios de verosimilhança que se plasmaram em teses pouco críveis mas que se foram reproduzindo.

Um primeiro texto – de Klaus Van der Grijp – questiona os momentos em que os protestantismos ibéricos foram o objecto de investigação histórica destacando um par de problemas que se relacionam com a interrogação acerca da resistência que os protestantes ibéricos manifestaram pelo indagar a sua própria história e a constatação que por mais que se assemelhem a estrutura e os problemas do protestantismo em Espanha e Portugal, “a investigação histórica nos dois países mostra curvas muito distintas. Em Espanha efectuou-se pouco a pouco e em sucessivas fases [a partir da década de 70, do século XX, aparecem os primeiros estudos a nível académico]. Em Portugal, durante tempos não houve nada, ou quase nada, sendo que agora em poucos anos [a partir das décadas de 80-90], os investigadores estão fazendo um esforço de adiantamento” (p. 50). Neste sentido propõe uma interessante *agenda* traduzida em oito pontos: “(1) Superar a parcialidade que durante muito tempo caracterizou as publicações sobre o protestantismo espanhol e português. (2) Não se render à ilusão de uma historiografia “objectiva”, mas realçar a perspectiva que hoje nos interessa sobre o passado. (3) Perguntar qual foi a mensagem específica do protestantismo nos sucessivos períodos da cultura ibérica porque “optar pelo protestantismo era uma coisa em 1860 e outra em 1890, como foi distinto em 1920 e 1950, etc”. (4) Definir a influência das correntes espirituais do século XVI sobre o protestantismo moderno. (5) Fazer estudos comparativos entre o protestantismo nos países latinos da Europa. (6) Aplicar os métodos da sociologia religiosa para estudar as relações mútuas entre o protestantismo ibérico e a sociedade na qual estava integrado. (7) Detectar as distintas correntes teológicas que influenciaram o protestantismo ibérico, seja através das missões estrangeiras, seja de outra forma. (8) Estudar as “alianças” que se observaram ao longo dos anos, entre o movimento evangélico e outras correntes na Península (p. 51).

O segundo texto – de Luís Aguiar Santos – parte de uma tese aliciante: a marginalidade do protestantismo em Portugal não deve atribuir-se a uma repressão por uma sociedade supostamente autoritária e clerical; pelo contrário, o protestantismo sofreu a concorrência de outros sistemas “messiânicos”, ainda que sem expressão religiosa. Em seguida, parte para uma análise de transformação da tolerância *de facto* em tolerância *de jure*, que expressa os avanços e recuos do paradigma da uniformidade religiosa ao longo do século XIX, cruzada com uma classificação das denominações protestantes de acordo com as dinâmicas internas (Igrejas sinodais; congregacionais e “não-ecuménicas”, p. 62 *sq.*): “A dinâmica plural da minoria protestante está (...) relacionada com as diferentes sensibilidades ou “culturas” religiosas que ela veicula” (p. 67).

Com estes pressupostos analisa-se a representação que os protestantes foram forjando sobre si mesmos, nomeadamente patente nos textos historiográficos que

nas denominações foram produzidos. Questionando o âmago dessa criação – que perpassa em muitos dos estudos actuais, mesmo académicos – o autor afirma que os estudos particulares só serão revelantes quando se propuserem interpretar uma realidade mais ampla.

O **terceiro** momento convoca-nos para projectar no espaço / tempo a dinâmica dos protestantismos *latinos*. O desafio de François Guichad parte de uma constatação: o que melhor partilham os protestantismos da França, Itália, Espanha e Portugal é a história (*cf.* p. 92).

Para demonstrar o axioma desenvolve-se o argumento histórico em que se sublinha que as sucessivas conjunturas culturais, sociais e políticas influenciaram o protestantismo em cada um dos países latinos implantado pelos mesmos impulsos missionários, que vieram do norte da Europa, oriundos de certos movimentos (o *Réveil*, principalmente) que, também, aí eram minoritários – (...) a latinidade protestante não só foi marginal em relação ao catolicismo ultramajoritário dos mundos latinos, como também o foi, no seu início (e em parte ainda o é), em relação aos protestantismos mais setentrionais” (p. 82). Um outro argumento desenvolve-se em torno da dinâmica espacial – ou seja a relação que os protestantismos de importação estabeleceram com o espaço, que em função de cada contexto nacional se pode caracterizar por ser duplo – com o exterior; com o interior: “os protestantismos desenvolveram-se em situações de margens: espaciais, culturais, eclesiais, políticas” (*cf.* pp. 82, 83 e 87 *sq.*) – que se caracteriza por um grande número da “capilaridades inter-latinas”: lugares ou regiões de determinado país que se relacionaram com lugares ou regiões de outro país; o argumento continua com a indagação da forma como os protestantismos ocuparam o seu espaço nacional: cidade-campo; litoral-interior; continente-ilhas adjacentes e dentro deste quadro explora a dimensão evolutiva do processo tendo por referência quatro tempos sucessivos: “(...) o da confrontação, o da inserção, o da participação, enfim – talvez? – o da diluição” (p. 80). Um argumento quiçá antropológico (ou etnológico) centra-se em torno de dois tópicos: “Assim os pequenos protestantismos latinos não só foram marginais no próprio Sul, onde se tinham tão dificilmente instalado, como também em relação aos protestantismos institucionalizados do Norte, pois estes viam naqueles uma carga imposta por espíritos aventureiros, um pouco inconscientes, mais do que um campo natural de missão (...)” (p. 88; *cf.* p. 90), e como consequência da *particularidade* latina em matéria de religião, constata-se uma “atenção mais cuidadosa ao *fazer* do que ao *ser*...” (p. 91, os sublinhados são de F. G.).

O último argumento de natureza sociológica remete para os desafios que na fase de normalização dos protestantismos estes terão que explorar já que a fragmentação da sociedade de hoje, que admite todo o tipo de opções de vida, ameaça as comunidades cuja força tradicional residia no seu isolamento.

O **quarto** momento propõe uma reflexão sobre a recepção (*contaminação*), assimilação e difusão do protestantismo no século XIX na Península Ibérica; a base que preside às duas abordagens parte da ideia que as influências do protestantismo



de missão foram acolhidas e transformadas pelas condições peculiares de Espanha e de Portugal. Sobre Espanha lança-se um olhar sincrónico que enfatiza as mudanças que se podem detectar no âmbito dos movimentos protestantes partindo da observação que o afã evangélico nesses movimentos foi mais forte que o seu desejo de reflexão sobre os fundamentos da fé, o que configurou diferentes linhas confessionais traduzidas naquelas mais conforme a Reforma clássica, nas que protagonizaram uma Reforma radical – ou anabaptista – e nas que, já entrado o século XX, se aproximam dos denominados novos movimentos religiosos (cf. pp. 105-108). Há uma particular atenção ao modo como se combinaram as influências do protestantismo europeu com o perfil dos protestantes espanhóis, a partir do segundo terço do século XIX, tendo em atenção as características da sociedade espanhola (pp. 99-105).

Aprofundando esta problemática levantam-se hipóteses de investigação que passam por uma caracterização do protestantismo espanhol como sendo demasiado conservador (em termos teológicos) o que na actualidade pode encontrar expressão no êxito numérico dos “neopentecostais” (pp. 116-118), o que leva à conclusão de que as Igrejas históricas terão que aprender a revisar as suas categorias teológicas e metodologias educativas, oferecendo um maior espaço à experiência e à livre manifestação do espírito (cf. 118-119), como sublinha Máximo García-Ruiz.

O olhar sobre Portugal, partilhando algumas linhas de força, é essencialmente diacrónico e privilegia a abordagem intensiva das influências britânicas no “Despertar” português e o modo como uma particular tradução foi possível pelo protagonismo da família Cassels (cf. pp. 129 sq.), – de Fernando Peixoto consulte-se a importante monografia *Diogo Cassels, uma vida entre duas margens* (VNG, CMG, 2001) – e, com, bastante pertinência destaca as origens do metodismo na cidade do Porto.

O quinto momento concentra-se em torno de três actores do protestantismo espanhol. São ensaios que se aproximam do registo biográfico.

Sobre Manuel Matamoras (1834-1866), principal impulsor da designada II Reforma; ex-militar, activista democrata convertido ao protestantismo em Gibraltar, propagandista conectado com as sociedades de evangelização de Edimburgo, Londres e Paris e fundador das primeiras igrejas protestantes propriamente espanholas, organizadas a partir de Málaga, são fornecidas indicações sobre aspectos da sua vida, até ao presente momento menos conhecidos, como sejam a infância, o período de formação militar, e a experiência traumática no Exército, e o abandono da Igreja Católica.

Sobre Lorenzo Lucena Pedrosa (1807-1881) ensaia-se uma reconstituição da sua vida. Notável padre católico, que chegou a reitor do Seminário Diocesano de Córdova, que caiu em desgraça por ter aderido ao protestantismo.

Destaca-se todo o trabalho que desenvolveu em Gibraltar, Liverpool e Oxford bem como o de tradutor e revisor de publicações religiosas a instâncias da Sociedade para Promover o Conhecimento Cristão (SPCK).

O terceiro estudo tem por pretexto analisar um facto histórico: a consagração da Catedral da Igreja Espanhola Reformada, em Madrid, e a do seu bispo, Juan Bautista Cabrera, em 1880. Este momento coincide, em termos políticos, com uma ofensiva contra o governo liberal.

A questão central prende-se com o dissecar das reacções católicas face à liberdade religiosa, sendo a questão do Bispo um óptimo indicador de uma possível transição da tolerância para a liberdade religiosa, porque obrigava a recordar a história e os seus protagonistas.

E, neste aspecto, a Igreja Espanhola Reformada foi iniciada, de acordo com as vozes mais retrógradas, por “desgraçados sacerdotes” – referência explícita à trajetória de Juan Bautista Cabrera, ex-sacerdote e com relações com a maçonaria (p. 241) – e “pessoas de escassa moral”; o apoio do governo liberal aos desqualificados foi tido como pertinente para se iniciar um movimento de contestação que partiu da Igreja Católica, que em finais do século XIX, não soube ser tolerante com os outros nem acolher as propostas de renovação que tinham surgido no seu interior.

O **sexto** momento prende-se com aspectos da história contemporânea do protestantismo e divide-se em quatro eixos que abordam questões diferentes.

O primeiro eixo (i) remete-nos para a repressão a que foram sujeitos os cristãos evangélicos durante o regime de Franco, especialmente entre 1939 (final da Guerra Civil) e 1953 (consolidação internacional e por consequência interna). Descata Juan B. Vilar que a repressão deveu-se a uma dupla circunstância: ser protestante e ser democrata, e sublinha o facto da Igreja Católica a ignorar já que se identificava com o regime no âmbito do novo estatuto confessional. A fase entre 1939 e 1945 configura-se como de intensa depuração política e de inculpação dos protestantes por actividades antinacionais, estruturada em seis níveis: “a) Negação da reabertura de lugares de culto e encerramento dos já autorizados; b) Proibição e retenção ilegal pela Administração de imóveis e propriedades pertencentes a evangélicos; c) Penalização do culto clandestino; d) Fecho da totalidade dos colégios evangélicos; e) Suspensão das actividades editoriais da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, vedando-se a impressão, circulação e venda de toda a literatura evangélica; f) Discriminação civil e laboral de indivíduos pertencentes a igrejas dissidentes” (p. 268, cf. pp. 263 sq.). Um estatuto de tolerância surge entre 1945 e 1946, *Fuero de los Españoles*, (7 de Julho de 1945), mas é inviabilizado (pp. 281 sq.). O que a ausência de liberdade religiosa demonstra, em termos internacionais e em particular com as tentativas de aproximação aos EUA, é ser um obstáculo. Em 1953, ano da Concordata com o Vaticano e dos Convénios com Washington, inicia-se uma etapa de relativa tolerância para com as minorias evangélicas (pp. 294 sq.).

Dois estudos monográficos sobre Girona e Málaga contemplam este apartado. O segundo eixo (ii) prende-se com as reacções à lei da liberdade religiosa de 28 de Junho de 1967, promulgada no regime de Franco. Analisa-se o intenso debate, que então surgiu, no seio do catolicismo, em torno dos conceitos de tolerância e



liberdade religiosa; na controvérsia também participaram autoridades públicas o que conferiu à polémica um tom político ao tratar assuntos com a confessionalidade do Estado e a unidade religiosa do país. A lei, apesar de ter surgido, também, pela pressão diplomática estrangeira e pela doutrina do Concílio Vaticano II, tinha limitações que as confissões não católicas expressaram com clareza; foi, contudo, um momento em que a ditadura franquista pode oferecer uma imagem de modernidade. No entanto, o medo do pluralismo revelou o imobilismo do clero, defensivo e refractário a qualquer mudança política e social, e revelou (e reforçou) a crise da Igreja espanhola, já patente pelo processo de secularização social. O terceiro eixo (iii) é uma excelente abordagem à implementação do metodismo, a partir de Fevereiro de 1971, em Valdoso, vila de Assento, Braga, onde se desvendam as situações e os processos que originaram a emergência de uma alternativa de mediação simbólica, com uma forte incidência na dimensão social – que ainda perdura –, num contexto extremadamente católico. O quarto eixo (iv) são dois apontamentos para uma *História do Ecumenismo*; um mais pessoal, sobre Espanha; outro mais analítico sobre Portugal. Mas nas duas nótulas patenteia-se a dimensão vivencial que os dois protagonistas narram partindo desses registos aparentemente dissonantes. São momentos de um processo que urge revisitar e enquadrá-lo no âmbito de movimentos intestinos da sociedade, assim, no que se refere a Espanha, destaca-se que a Igreja Evangélica – uma das fundadoras do Conselho Mundial de Igrejas – viveu no seu próprio país um período marcadamente anti-ecuménico. Em finais dos anos 50, do século XX, estabeleceram-se os primeiros contactos “semi-clandestinos” com interlocutores católicos que, posteriormente, originaram o Comité Cristão Interconfessional. Para além das tensões teológicas e institucionais nasceu um ecumenismo de acção social centrado na defesa dos direitos humanos. Quanto a Portugal, destaca-se que o ecumenismo teve que superar uma longa história de intolerância religiosa que radicalizou as posições anti-romanistas dos protestantes, isolando-os socialmente. Só a partir dos anos 70, do século XX, se começam a realizar programas conjuntos, dinamizados pelo Centro Ecuménico “Reconciliação”, contudo os anos 90 marcam um ecumenismo mais estruturado, através dos Encontros Ecuménicos Nacionais, organizados pelo Conselho Português de Igrejas Cristãs e pela Conferência Episcopal, e os Encontros Interconfessionais, em que participa também a Aliança Evangélica Portuguesa (fundada em 1925).

O sétimo momento pretende dar uma panorâmica das dimensões que o protestantismo pode patentear na esfera cultural. São pistas; são momentos inaugurais de abordagens metodológicas que convocam a exploração de conceitos como o de laicidade e o de secularização, nos termos de experiências concretas, quer sejam no âmbito de trajectos pessoais, quer sejam num registo colectivo, que ultrapassa o âmbito das comunidades confessionais e com repercussões geracionais. Nesta óptica quatro ilustrações surgem. Uma primeira onde se patenteia a recepção pictórica de Vicente Nicolau Cutanda e de José Jiménez Aranda do poema de Nuñez de Arce, publicado em 1880, sobre Lutero *La visión de fray*

*Martin*. Estabelece-se, ainda, o contraste entre a composição plástica e a poética e a visão historiográfica da personagem de Lutero. A segunda ilustração quer ser uma reflexão sobre os primeiros tempos da escolaridade e os processos de escolarização em Portugal, partindo da experiência que a Escola do Torne, criada por Diogo Cassels, no âmbito da Igreja Lusitana, pode patentear entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Destacam-se os momentos de criação e de consolidação desta *oferta escolar*. O terceiro exemplo é uma notável proposta de conservação do Património protestante que se desenvolve na Galiza (pp. 434 *sq.*). A novidade reside na valorização do Património enquanto estruturante da persistência da memória dos grupos dissidentes, este aspecto crucial reenvia para a dinâmica histórica sublinhando indeléveis traços sócio-antropológicos. A quarta ilustração, tem por base a informação que a demografia nos fornece. Analisa-se, na região de Múrcia, a evolução, nos últimos vinte e cinco anos, dos casamentos civis. Pode-se constatar que se assiste a uma queda dos casamentos celebrados pelo rito católico que é acompanhada pelo aumento dos matrimónios celebrados segundo outra religião, as variáveis que tendem a explicar o fenómeno situam-se quer no âmbito do processo de liberalização e de secularização da sociedade, quer no âmbito dos crescentes fluxos de imigração.

O **oitavo** momento convoca três olhares sobre a realidade de minorias não católicas.

Sobre os judeus em Espanha lança-se uma panorâmica genérica sobre a evolução numérica e a situação da comunidade judaica praticante na actualidade. É avançado o conceito de *judeísmo* – “conceito vivo e diverso, mistura de civilização e credo” (p. 480) – como revelador da não coincidência entre o conjunto de praticante e a comunidade judaica. Sobre os muçulmanos toma-se como analisador o campo político em Melilla e notam-se os momentos da sua reconstituição, com especial ênfase nos últimos vinte anos onde se patenteia a incorporação da importante comunidade muçulmana de origem marroquina na vida política da sociedade – surgimento da formação política muçulmana: *Coalición por Melilla* (p. 499).

O terceiro olhar aproxima-nos dos novos movimentos religiosos a partir do modo como se processa a recepção numa sociedade secularizada mas, também, contemplando as mensagens que esses movimentos veiculam. As seitas – entre as pp. 506 e 513 são propostas, seguindo vários autores, definições e tipologias –, normalmente, são vistas como algo perigoso que se tem que combater pela instabilidade social e religiosa que num dado momento podem provocar, mas constata-se que se está perante uma manifestação de âmbito mundial, presente em todas as sociedades, que transmite uma visão catastrofista da sociedade, ancorada num conceito conservador onde se patenteia uma estratégia de incorporação do indivíduo nas estruturas sócio-religiosas acompanhada pela progressiva desvinculação das estruturas sociais do lugar e da sociedade em geral. Contudo, este fenómeno é cada vez mais actual e vai ganhando importância na sociedade e significado na cultura dos nossos dias. O registo onde Maria Dolores Vargas Llovera situa o debate prende-se com a seguinte hipótese: “Apesar das diferenças existentes e

as posições encontradas, ainda hoje em dia, entre grupos religiosos e sociedade, devemos admitir a existência de um pluralismo de crenças religiosas.

Um pluralismo religioso que deixa aos indivíduos a liberdade de descobrir as suas necessidades existenciais e pertencer a movimentos cujas características se adaptam às suas circunstâncias pessoais. A sociedade plural e aberta na qual vivemos afirma por si mesma a existência de um pluralismo religioso que acentua, em paralelo com o processo de secularização, outras formas religiosas em detrimento da homogeneidade católica" (p. 519).

O **nono** momento remete-nos para uma visão da história constitucional do México marcada por mais de 130 anos de intolerância que em 1992 assistiu a um momento de ruptura com a reforma constitucional que possibilitou a Lei Reguladora das Associações Religiosas. Até 1998 mais de 5000 associações de grupos católicos, protestantes e de outras confissões solicitaram a sua personalidade jurídica.

Outro texto, sugere-nos pistas compreensivas do movimento evangélico cigano, de orientação pentecostal, que teve origem em França e posteriormente disseminou-se por Espanha, na década de 60, e entrou em Portugal em 1970. Essencialmente com base num estudo de caso possibilita-se o entendimento das causas de "sucesso" da Igreja Evangélica da Filadélfia no seio do povo cigano; são traçadas as linhas de força da sociedade industrial que abalaram os pilares económicos tradicionais deste povo ameaçando gravemente a sua coesão social. A nova fé distingue-se por ter sido adoptada espontaneamente, por ser compatível com a cultura cigana tradicional e por preencher o vazio da autoridade (cf pp. 536 *sq.*); o novo compromisso cultural é um dispositivo de unificação étnica (ou seja, é um elemento de identidade) e um instrumento de acção social particularmente eficaz no combate à toxicodependência.

**4.** Os contributos aqui reunidos são fundamentais para o estudo dos protestantismos ibéricos <sup>4</sup> revelando aspectos das memórias dos grupos acatólicos (documentais, testemunhais, patrimoniais), aspectos do próprio discurso histórico, aspectos das dimensões sócio-antropológicas, aspectos das transformações do campo religioso e aspectos do debate crucial – metodológico e conceptual – que anima a revisão deste continente esquecido por muitas histórias.

<sup>4</sup> Convém sublinhar os dois importantes números da revista *Lusotopie*, o de 1998 e o de 1999, coordenados por Jean-Pierre Bastian, François Guichard e Christine Messiant dedicados, respectivamente a *Des protestantismes en "lusotopie catholique"* e às *Dynamiques religieuses en lusotopie contemporaine*.